

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento**
2 **Social**
3 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'B'**
4 **Palácio das Araucárias**
5 **CEP 80530-915**
6 **Curitiba - Paraná**
7



9 **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**
10 **ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA CEDCA/PR – 22/08/2013**

11
12 Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de 2013, às 9h00, na Sala de Reuniões do 7º
13 andar, na Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, sita no Palá-
14 cio das Araucárias à rua Jacy Loureiro de Campos s/nº – Centro Cívico, em Curitiba-Pr, foi
15 realizada a **Assembleia Extraordinária** referente à **posse** das Conselheiras eleitas para
16 exercer a **Presidência e Vice Biênio 2013/2014 do Conselho Estadual dos Direitos**
17 **da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**, conforme disposto no Art.27 do Regimento
18 Interno. Para esse momento, fizeram-se presentes os Conselheiros representantes da Soci-
19 edade Civil Organizada e do Segmento Governamental, previamente convocados. Em pri-
20 meira chamada às 8h30min, foram computadas as presenças das Conselheiras Tatiana
21 (SESA), Alessandra (Sec. de Turismo), Édina (AMPIJ), Márcia (SESP), Ana Christina (OAB
22 PR), Danielle (apoio jurídico do NJA /SEDS). No aguardo do quórum qualificado, a Presi-
23 dência informou que nova convocação se faria às 9:00 horas. A mesa diretiva dos trabalhos
24 foi composta pela Conselheira Presidente do CEDCA, **Dra. Márcia Tavares dos Santos**
25 **(SESP), Conselheira Édina de Paula (AMPIJ) – Presidente eleita, Dra. Ana Maria**
26 **Macedo**, representando nessa oportunidade a Sra. Secretária de Estado da Família e De-
27 senvolvimento Social Fernanda Richa, **Dr Murilo Digiácomo**, Promotor de Justiça repre-
28 sentando o Centro de Apoio das Promotorias de Defesa dos Direitos da Criança e do Ado-
29 lescente (CAOPCA), e representação da OAB/PR, advogada **Ana Christina Brito Lopes**.
30 Na sequência, os Conselheiros foram convidados a realizar a sua auto apresentação, visan-
31 do a checagem do quórum qualificado (9h00 horas). **Presenças: - Conselheiros: -** Tatiana
32 (SESA), Alessandra (Sec. De Turismo), Édina (AMPIJ), Márcia (SESP) Lucas (adolescente),
33 Renann (Guarda Mirim – Foz do Iguaçu), Ires (DORCAS de Toledo), Alexandra (Inst. Leo-
34 nardo Murialdo), Lia Burigo (SEED), Marli (SETS), Marcela (SEDS), Renata (Sec. Da Cultu-
35 ra), José C. Aliaga (SEPL), Leandro (SEDS), Patrick (Encontro com Deus). Na sequência,
36 ocorreu a abertura do evento através da fala da servidora Norma, da equipe de Cerimonial
37 da Secretaria da Família. Essa saudou todos os presentes, explanando os objetivos desse
38 Colegiado; logo depois passou a palavra para a **Dra. Ana Maria Macedo** que na oportuni-
39 dade representava a **Sra. Secretária de Estado Fernanda Richa** de quem trouxe os cum-
40 primentos. Discorrendo sobre as diversas ações desenvolvidas por essa Secretaria em be-
41 nefício das crianças e adolescentes do Estado, a **Dra. Ana Maria** considerou que todas es-
42 sas conquistas estão sendo garantidas graças à colaboração dos integrantes dos dois Con-
43 selhos Estaduais aqui abrigados : - **CEAS/PR e CEDCA/PR**. Cumprimentando as duas Con-
44 selheiras recém-empossadas, desejou-lhes uma feliz gestão, repleta de grandes realizações

45de excelência. Seguindo, foi dada a palavra à Conselheira eleita Vice-Presidente, **Dra.**
46**Márcia Tavares dos Santos (SESP)** que de forma oportuna anunciou o excelente concei-
47to que o CONANDA (Brasília) tem sobre o CEDCA paranaense, em termos de atividades e
48recursos. Aproveitou o momento para também discorrer sobre a soma de conquistas que
49esse Colegiado acumulou nessa última gestão tais como : - Cadastro preenchido de todos os
50Conselhos Tutelares e CMDCA do Estado, capacitação do SIPIA, Implantação do Censo
51SGD e com as Inst. de Ensino Superior. Registrou que em Brasília foram assediadas por
52Conselheiros de outros Estados, desejando saber de que forma foi possível atuar tão ativa-
53mente na área da criança e do adolescente. Realçou que nesse último ano houve uma im-
54portante caminhada desse Conselho desejando enaltecer a atuação da Conselheira **Vice -**
55**Presidente Janaína Rodrigues**, trabalhando com comprometimento e efetividade. No
56que se refere à Capacitação dos Conselheiros Tutelares, a **Conselheira Márcia** considerou
57que o Estado do Paraná se encontra capacitando há 10 anos, assim é de se concordar que
58seja efetuado um trabalho em conjunto, mas não retroagir nessa capacitação. Ao se falar
59em Brasília sobre o Plano Decenal, os Conselheiros lá presentes concluíram que a metodo-
60logia adotada pelo Estado do Paraná foi considerada a melhor, e muitos foram os pedidos
61para que se faça um assessoramento, para os demais estados. A nova **Vice - Presidente**
62colocou que a Presidente eleita **Édina de Paula (AMPIJ)** é detentora de um histórico ex-
63pressivo de quase 30 anos na área da criança e do adolescente. Agradeceu de forma ampla
64a ação desenvolvida por todos os Conselheiros, pela equipe técnica da SEDS, Ministério Pú-
65blico e OAB/PR. Num segundo momento, a Presidente eleita **Dra. Édina de Paula**, tam-
66bém usou da palavra expressando toda a sua alegria e pedindo, em primeiro lugar, a prote-
67ção de Deus para uma gestão de muito trabalho, para o qual se deve doar todos os esfor-
68ços, a melhor das energias em prol dessa magnífica causa. A Conselheira garantiu não ter
69ainda nenhum planejamento escrito, mesmo porque essa área vai se readequando ao curso
70da história. Desafios estão aí todos os dias e para transpô-los muitas vezes abandona-se a
71vontade pessoal, para que os direitos de crianças e adolescentes se sobreponham, na certe-
72za de que está sendo executado o que Deus espera de todos. A próxima fala foi do repre-
73sentante do Ministério Público, **Dr. Murilo Digiacomo**, que declarou ter testemunhado a
74dedicação plena de juizes e promotores da infância. Por outro lado, como em todas as áre-
75as, também existe profissionais que não manifestam efetivo interesse em estudar ou dialo-
76gar sobre uma matéria de tanta relevância. Referindo-se à nova Presidente **Dra. Édina de**
77**Paula**, disse tratar-se de uma Promotora hoje Procuradora, que se especializou na área,
78destacando-se no cenário paranaense e nacional pelo seu inconformismo e dedicação. Nes-
79sa data, **Dr. Murilo** declarou estar rendendo a ela a sua homenagem e admiração bem
80como a **Dra. Márcia**, colocando-se ao inteiro dispor para colaborar para que a trajetória
81do CEDCA continue baseada em reais avanços. O MP sempre será parceiro. A próxima con-
82vidada a se manifestar foi a **Conselheira Janaína de F. Rodrigues (Lar Dona Vera)** que
83ocupou a Vice-Presidência na última gestão. Agradeceu o indiscutível aprendizado compar-
84tilhado nessa gestão, ampliando o seu olhar sobre a Política. Uma vez que está se desligan-
85do do CEDCA para iniciar uma atividade junto ao Grupo Marista, garantiu que as ações em
86benefício dos direitos de crianças e adolescentes sempre farão parte da sua vida. Finalizou

87realçando que ao abraçar a **Presidente Márcia Tavares dos Santos**, estaria cumprimen-
88tando todo o grupo de Conselheiros, a quem augurava pleno êxito. A representante da
89OAB/PR foi a próxima convidada a discursar: - a advogada Ana Christina Brito Lopes expôs
90estar se despedindo desse Conselho pela segunda vez, após um longo período de diversas
91contribuições, incluindo as questões referentes ao Regimento Interno. Sentindo-se honrada
92pela participação, apontou ter sempre acompanhado o esforço e dedicação desenvolvidos
93pela **Conselheira Édina** e certamente estará na torcida para que os avanços sejam cada
94vez mais crescentes. Deixou a sugestão de que cada Câmara desse Conselho possa abrigar
95um representante adolescente, indicados pelas escolas e grêmios, de forma imparcial. Boa
96sorte para os próximos anos! **Lucas Vinícius Oliveira de Souza**, o adolescente que vem
97acompanhando as Assembleias desse Conselho, expressou toda a sua satisfação pelos no-
98vos amigos que conquistou. Deixou agradecimentos penhorados pelos benefícios recebidos
99em termos de orientações e conhecimento compartilhados. Finalmente, a integrante da Se-
100cretaria Executiva, servidora **Regina Amasiles Rodrigues Costa**, usou da palavra em
101nome de toda a equipe, relembando a memória coletiva das lutas e acontecimentos já vivi-
102dos por esse Colegiado. Afirmou ser importante registrar os desafios somados e as mudan-
103ças significativas nas condições de vida dos sujeitos. O Conselho já passou por inúmeras
104mãos, sempre conduzido por Presidências com inúmeros atributos de experiência e com-
105prometimento. Saudou a nova – Presidente e Vice, augurando-lhes pleno êxito e realizações
106profícuas. Trata-se de um momento de união dos Conselheiros, objetivando preencher pos-
107síveis vazios, sempre interagindo com as demais forças que garantirão a efetivação dos di-
108reitos das crianças e adolescentes deste Estado. Finalizando a cerimônia de posse, a **Presi-**
109**dente Édina, a Vice Márcia Tavares e Janaína Rodrigues** receberam flores sob aplau-
110sos do plenário. Registrada a presença da Sra. Diretora Geral da SEDS – Letícia Codagno-
111me Raymundo. **Início da Plenária.** - Para as atividades iniciais dessa Assembleia Extraor-
112dinária, a Presidente empossada **Édina de Paula** novamente revisou a presença dos Con-
113selheiros, computando logo em seguida um total de 24, completando assim as representa-
114ções das Secretarias de Estado e da Sociedade Civil Organizada, que discutirão o **Orça-**
115**mento 2014. (convocação específica)**, com assinaturas firmadas na listagem de presen-
116ças. Dirigindo-se ao plenário, a Presidente Édina de Paula comunicou que nessa data os
117Conselheiros foram convocados para discutir, o **Orçamento 2014**, porém a Sociedade Ci-
118vil estará com a falta de um membro que precisará se ausentar. Sendo assim, sugeriria in-
119verter a pauta para o dia seguinte, evitando que as discussões sejam prejudicadas. Para
120tanto, seria necessária uma Deliberação do Colegiado, caso concorde. No seu papel de as-
121sessoria jurídica, a **Dra. Danielle M. Vieira**, externou que o Regimento Interno preconiza
12248 horas de antecedência para uma convocação, o que tornaria inviável essa alteração da
123pauta. Além disso, a **Conselheira Janaína** estaria se ausentando por motivos particulares.
124Numa ressalva, o **Conselheiro Renann** argumentou que o plenário é soberano. Falando
125com exclusividade, a **Dra. Danielle (NJA)** assegurou que o Regimento Interno no seu Art.
1267º-diz: - “As sessões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente, com 2/3 dos
127membros, para tratar de assuntos deliberativos, com antecedência mínima de **48 horas** de-
128vendo recair a sua realização preferencialmente em dia útil(...). Aliada a essa informação, a

129**Vice Presidente Márcia Tavares dos Santos** apontou que na última Reunião Ordinária,
130o CEDCA/PR deliberou pela convocação de uma Extraordinária, visando discutir o orça-
131mento 2014. Essa decisão ocorreu por decisão unânime do plenário. Diante do exposto, a
132**Conselheira Janaína** declarou que iria permanecer na reunião. Assumindo a palavra, a
133**Conselheira Marcela (Financeiro da SEDS)**, relatou ter entregue no dia anterior, uma
134proposta de orçamento para 2014, fazendo uma previsão de acréscimo de 5 %. Ao final da
135tarde, recebeu do Planejamento uma outra planilha fixando o teto em R\$ 99.757.700,00 ob-
136rigando-a a refazer os dados à noite, possibilitando trabalhar com o valor correto desse teto
137orçamentário. Com os textos gravados na **Fita nº2, a Conselheira Marcela** foi lendo os
138objetivos, ações e valores contidos nessa 2ª planilha e apresentado em tela. Pedindo a pala-
139vra, o **Promotor Dr. Murilo Digiacomo** deixou evidente que para se poder discutir o que
140deverá ser aumentado em valores, será necessário saber o que foi executado desses recur-
141sos em 2013. Tendo em vista ocorrer período eleitoral no ano de 2014, será necessário pla-
142nejar e agilizar ações futuras, sempre tendo claro o controle dessa execução. Por outro
143lado deverá haver o estímulo e qualificação dos Municípios, para possibilitar a apresenta-
144ção dos projetos. Contribuindo, a **Conselheira Débora** relatou que o Plano Decenal já foi
145aprovado pelo Conselho e na presente planilha não está contemplado. Mencionou a **Conse-**
146**lheira Marcela** que a execução orçamentária desse plano vem sendo discutida mensal-
147mente. A apresentação dessa planilha contém sugestões. Estando aberta a possíveis in-
148clusões de algumas ações e seus objetivos. O Conselho sempre teve ciência do que está
149sendo executado: - já foi deliberado o Crescer em Família, o Liberdade Cidadã, Qualifica-
150ção Profissional, AFAI e alguns cofinanciamentos e informações mensais sempre foram tra-
151zidas ao plenário. Com relação à proposta de enfrentamento a drogadição, já foi solicitado
152um planejamento à Comissão de Saúde Mental e aguarda-se o retorno. Levando em conta o
153já exposto, a **Conselheira Ana Paula**, apontou que esse Conselho está cometendo o mes-
154mo erro. Sabe-se que as Secretarias de Estados trabalham em cima de prazos, porém é im-
155praticável receber uma planilha dessa importância e dispor apenas de um dia para discutir,
156analisar e deliberar tudo ao mesmo tempo. Essa questão é recorrente e é necessário encon-
157trar uma forma de avaliar com coerência. Instruiu a **Conselheira Janaína :-** pelas outras
158contribuições, essa metodologia não é a mais apropriada, seria positivo para os Conselhei-
159ros, receber essa matéria via e-mail, com antecipação. Outra questão é referente ao Plano
160Decenal – desde logo é preciso desenvolver uma ação que permita aos Conselheiros obter
161subsídios para uma análise mais clara do orçamento. Compartilhou a proposta de que a So-
162ciedade Civil deverá estar reunida, visando estabelecer maior segurança. **A Presidente**
163**Édina de Paula** julgou oportuno aguardar o término da leitura, para em seguida suspen-
164der a plenária por duas horas, possibilitando que a Sociedade Civil se reúna. Já na sequên-
165cia, o **Conselheiro Patrick Reason** (Encontro com Deus), propôs que durante esse perí-
166do, a equipe técnica da SEDS estivesse a postos, uma vez que seria responsável por eluci-
167dar as possíveis dúvidas surgidas. A **Conselheira Débora** solicitou ao Setor Financeiro
168(Marcela Evangelista), o repasse das planilhas de execução até este mês. De maneira oportu-
169na, pediu a palavra a representante da OAB – **Dra. Ana Christina Brito Lopes** conside-
170rando que esse momento revela a fragilidade do CEDCA, no que se refere, a um dos meca-

171nismos estratégicos que está no Sistema de Garantia de Direitos – Resolução nº113 – ge-
172renciamento de dados e informações. É lamentável que não se tenha essa base científica
173para tomar uma decisão, no que se refere às deliberações nos Conselhos. Na Verdade, os
174Conselheiros ficam reféns de informações sem a devida validade, para ter a certeza de que
175a Política devem priorizar. Vale dizer que o Plano Decenal deverá ser observado para que
176não se produzam documentos e leis que acabam ficando no papel. Ponderou que esse Con-
177selho fique atento sabendo que os problemas do SIPIA vem da cúpula nacional, porém os
178dados e informações precisam ser melhor cuidados, para que se obtenha um diagnóstico
179que fortaleça essas decisões. Foi comprovado pela **Conselheira Márcia** que o CEDCA dis-
180cutiu cada uma das ações contidas no Plano Decenal, inclusive os prazos de execução. Foi
181sugerido que se fizesse a leitura, lembrando aquilo que a Câmara do FIA já propôs.
182Exemplificando : - no ano passado, o Conselho ao discutir 46% de recursos para o SINASE,
183definiu-se agora que deveria ser diminuído para 26%. Uma vez que se trabalha com prazos,
184deve-se estar atento às deliberações das Câmaras, da plenária e do Plano de Ação. Referen-
185dou a ideia de que a Assembleia deverá ser suspensa por 2 horas e a equipe técnica da
186SEDS estará disponível para elucidar as questões. Consciente da sua responsabilidade e
187desempenho, a **Conselheira Marcela**, declarou que mensalmente traz às plenárias desse
188Conselho, todo o acompanhamento referente à execução orçamentária. Afirmou que por
189mais de uma vez colocou-se a disposição para esclarecimentos e de todo o grupo, apenas a
190**Conselheira Débora** esteve na SEDS para conhecer o processo. Sem nenhuma dúvida, o
191Conselho sabe o que está acontecendo e não é por falta de planilhas que os Conselheiros
192ignoram qualquer execução orçamentária. Enfatizou **Marcela Evangelista (Setor Finan-**
193**ceiro da SEDS)**, que a apresentação mensal desses documentos ao CEDCA, exige muitas
194horas de um atento trabalho e dedicação. Foi dada continuidade à explanação da planilha
195já em tela. **(Recursos para 2014)**. Em dado momento, a representação do Ministério Pú-
196blico **Dr. Murilo Digiácomo**, decidiu apresentar uma sugestão. Segundo ele, para ser pos-
197sível deliberar em relação ao Fundo é importante conhecer o que está previsto no orçamen-
198to do Governo, destinado às diversas Secretarias de Estado. Assim, é possível ter conheci-
199mento se houve algum prejuízo em cima daquilo que já estava planejado. Uma outra plani-
200lha traria o que porventura fora suprimido e também os investimentos dos órgãos governa-
201mentais; sendo importante para que se tenha uma visão global. Numa necessária evolução,
202essas medidas poderiam ser levadas a efeito no futuro. Finalizando, o Promotor de Justiça
203sugeriu ainda publicar na internet as planilhas oferecidas aos Conselheiros. Dirigindo-se ao
204plenário, a **Conselheira Marcela** deixou evidente não ter sido possível concluir toda a do-
205cumentação relativa ao trabalho de proporção uma vez que o acesso ao teto orçamentário
206só ocorreu no dia anterior. No entanto, sabe-se que 80% do orçamento é absorvido pela
207manutenção das Unidades. Existem ações que por questões legais o FIA não pode contri-
208buir e assim a Secretaria precisará assumir. **Suspensa a sessão às 11h00. Retorno às**
209**14h00. Período da tarde - Presenças - Conselheiros:** Édina – Renata (Cultura) – Tatiana
210na (SESA) – Danielle (SEJU) – Cláudia (Weiss SCARPA) – Johatan (Casa Civil) – Leandro
211(SEDS) – Marcia (SESP) - Alessandra (Turismo) – Márcia (Esporte) – Aliaga (SESP) – Lucas
212(Adolescente) – Ana Paula (Hosp. Pequeno Príncipe) – Ires (Doras de Toledo) – Débora

213(ABEC) – Renann (G. Mirim – Foz do Iguaçu) Alexandra (Inst Leonardo Murialdo) – Marinês
214(Associação M. Jesus) – Nadir (Inst. São José) – Miliane (Fraternidade) Patrick (Encontro
215com Deus) – Marcela (SEDS). Totalizando **21 Conselheiros. Danielle – Ass. Jurídica** já
216no início da reunião, a **Conselheira Danielle** (SEJU) distribuiu um folder aos presentes,
217convidando para evento referente à violência contra a mulher, promovido pela SEJU – Mi-
218nistério Público – Tribunal de Justiça e Prefeitura de Curitiba. **Local:** defronte à Universi-
219dade Federal do Paraná. Logo em seguida pediu a palavra o Conselheiro representante da
220Secretaria de Estado do Planejamento, **José Carlos Aliaga**. Esse assegurou estar necessi-
221tando compartilhar uma angústia, que o acomete já por tres reuniões seguintes. Algumas
222situações ocorridas tempos atrás foram somadas ao fato de uma pessoa produzir documen-
223tos e talvez não ter sido bem compreendida. Deixou evidente o esforço titânico desenvolvi-
224do pela técnica e **Conselheira Marcela**, servidora competente, abnegada, possuidora de
225uma expressiva folha de serviços prestados. Reunida na Câmara no dia anterior até o anoi-
226tecer, recebeu informações novas e dado o prazo exíguo, ficou impedida de trazer ao Con-
227selho o que almejava. Falhas sempre existirão, porém as colocações precisarão ser feitas
228de outra forma, com a suficiente clareza que todos tem seus limites. Aprimorar as ações,
229utilizando-se das ferramentas que se dispõe, buscando sempre o nível de melhoria almeja-
230do. Sentindo-se incomodado com o ocorrido, o **Conselheiro Aliaga** desejou exteriorizar e
231dividir a sua angústia. Exercendo a sua função, a **Conselheira Presidente Édina de Pau-**
232**la** pontuou que esse desabafo foi oportuno, já que se trata de uma angústia coletiva. Diante
233dos fatos, desejou de público dirigir muitas desculpas à **Conselheira Marcela**, como pro-
234fissional e pessoa, pela falha imperdoável. Afirmou que não sentiu ter sido exatamente uma
235cobrança a ela dirigida. A Presidente enfatizou a inquestionável competência da técnica
236**Marcela**, mergulhada numa área financeira dificilmente dominada por outra pessoa. Reno-
237vou suas desculpas, prometendo ser mais atenta nas próximas questões para que isso não
238se repita. Entre tantas afirmações houve a manifestação da **Vice – Presidente Márcia Ta-**
239**vares**, que desejou complementar as falas anteriores. Externando suas desculpas pela
240omissão, a Conselheira enfatizou a presteza e dedicação com que a técnica **Marcela Evan-**
241**gelista** sempre atendeu todos os pedidos a ela dirigidos, independente de horários. Em re-
242cente período de férias, foi acionada para comparecer à SEDS, atendendo uma questão
243emergencial da área da Assistência Social. Numa breve definição, a **Conselheira Márcia**
244avaliou estar mal por não ter feito uma defesa imediata. Concluiu que em virtude do **Pro-**
245**motor Murilo Digiacomo** não se fazer presente no Conselho de forma sistemática, igno-
246rava os trâmites costumeiros. A **Conselheira Ana Paula**, também se manifestou referendo
247as solicitações de desculpas. No foco do assunto, a **Conselheira Ires (DORCAS, de Tole-**
248**do)**, desejou falar como alguém que está há anos atuando com a Política de atendimento a
249crianças e adolescentes. Afirmou conhecer Marcela Evangelista há muitos anos fora do
250CEDCA e sempre foi extremamente dedicada e competente naquilo que faz. Lembrou aos
251novos Conselheiros que tempos atrás não se obtinha facilmente uma informação sobre o
252FIA, hoje as questões são apresentadas de forma espontânea e sistemática. Externou suas
253desculpas por não tê-la defendido no exato momento e talvez diminuído o seu sentimento
254de mágoa. A **Conselheira Débora** também apontou toda a atenção recebida, quando este-

255ve na SEDS para entender melhor a questão orçamentária. Levando em conta que as pala-
256vras podem construir, eternizar, bendizer ou machucar, a **Conselheira Marcela** fez a sua
257manifestação, bastante emocionada. Confessou ter ficado muitíssimo aborrecida frente às
258colocações com as quais foi atingida. Fez questão de garantir o quanto aprecia o seu traba-
259lho, na verdade uma tarefa complicada, nem sempre reconhecida e conquistada a duras pe-
260nas. Considerou que os desafios vem sendo somados: - pautas atrasadas, manifestações po-
261pulares abreviando as discussões, estudo do superávit, reuniões extraordinárias sequentes,
262enfim tornou-se impossível realizar o estudo almejado com a devida antecedência. Assim, o
263real problema é o tempo para discutir e não a falta de informações. Considerou que o **Pro-**
264**motor Murilo Digiácomo** ao se pronunciar, está cumprindo o seu papel de fiscalizador.
265Da sua parte, a **Conselheira e técnica Marcela Evangelista** afirmou que o assunto está
266encerrado, pois inúmeras tarefas precisam ainda ser definidas. Para encerrar o episódio, a
267**Conselheira Ana Paula (Hospital Pequeno Príncipe)** fez a ela a entrega de um vaso
268com flores. Na sequência, o **Conselheiro Leandro** expôs que o Regimento Interno – art. 3º
269e 4º prevê a participação da OAB e Ministério Público nas reuniões do Conselho. Concluiu
270que se ocorreram alguns desencontros, foi justamente porque não se tem a presença do Mi-
271nistério Público em todas as Assembleias, pois além do papel fiscalizador traz também mai-
272or segurança ao teor das discussões. Na sequência, a **Conselheira Presidente** informou
273que, após a reunião da Sociedade Civil, os Conselheiros Renann e Débora poderiam fazer
274as pontuações a respeito da planilha orçamentária. Antes disso, a Presidente veio a infor-
275mar que está sendo planejada uma visita do Procurador Geral de Justiça ao CEDCA. Talvez
276seja o momento propício para reivindicar uma presença mais sistemática do Ministério Pú-
277blico nas Assembleias. Tomou a palavra o **Conselheiro Renann**, indicando as propostas já
278discutidas, sendo acompanhadas na tela por toda o plenário. **Ação nº4 - Capacitação**
279**continuadas nos Censes Questionamento** - Retirada de recursos da ordem de R\$
280422.000,00. **Resposta - Conselheira Marcela** - Esse item foi aprovado em outra plenária
281- esses R\$ 2.200.000,00 cobrirão boa parte da capacitação 2013 e 2014. **Proposição:** - Re-
282manejar recursos para a construção do Plano Decenal do Sinase. Segundo a explicação da
283**Conselheira Marcela**, ainda será possível propor ações para esse Plano. A Presidente Édi-
284na esclareceu que na reunião de Brasília informou-se que o término do prazo seria dezemb-
285ro/2014, no entanto a técnica Claudia Foltran (SEDS), assegurou que a partir da aprovação
286do Plano Nacional, os Estados teriam 360 dias para a sua Construção. **Proposta - Conse-**
287**lheiro Renann** - Capacitação de Conselheiros Tutelares e de Direitos. - Realizar apenas 2
288grandes Seminários. Planejar uma capacitação avançada, especifica para os Conselheiros
289Estaduais, abordando Orçamento. Esclarecendo, a **Conselheira Márcia** informou já existir
290um projeto do CEDCA, em parceria com a SETI e SEDS, prevendo dois módulos. Já no Pla-
291no Decenal é prevista uma capacitação continuada para 2016, sendo que não é plausível
292deixar 2014 e 2015 descobertos dessa ação. Dessa forma, dentro dos recursos já propostos,
293desenvolver o curso avançado para quem já está participando, deixando o completo para
2942016. -Destinar 1 milhão de reais para uma capacitação continuada dirigida aos Conselhei-
295ros do CEDCA, incluindo assuntos como Orçamento Políticas Públicas, estudos mais apro-
296fundados sobre o Plano Decenal. Informou também a **Vice - Presidente Márcia**, que hoje

297paga-se R\$ 390,00 por aluno e tudo é desenvolvido através das sete Universidades (almo-
298ços ou lanches etc). Segundo a **Conselheira Nadir (Instituto São José)**, torna-se neces-
299sário promover uma avaliação mais criteriosa, uma vez que determinados Municípios não
300participam. Dando uma atenção especial, a **Conselheira Ires (DORCAS de Toledo)**, pro-
301pôs potencializar **Seminários** para os Conselhos de Direitos, pois o CEDCA está se distan-
302ciando, perdendo o contato com esse segmento, que na verdade delibera pelas Políticas Pú-
303blicas. Retomando o assunto, a **Conselheira Vice - Presidente** colocou R\$ 4 Milhões de
304reais destinados para capacitações envolvendo Conselheiros Municipais e Tutelares 2014 -
305R\$ 1 Milhão de reais para Capacitação de Conselheiros Estaduais (CEDCA). Fazendo uma
306ressalva, foi também relatado que nesses eventos é detectada a presença dos Conselheiros
307Tutelares, mas não os Municipais que se negam a comparecer. Foi esclarecido pela **Conse-**
308**lheira Alexandra** que na verdade os primeiros comparecem porque estão em horário nor-
309mal da sua atividade e os Governamentais são servidores públicos. **Planilha 2 - Objetivo**
310**3 - Conselheiro Renann - Proposta :-** Acoplar as ações 1 e 2 do objetivo - “Promover o
311fortalecimento do protagonismo juvenil” (retirar crianças de 0 a 12 anos).-Nova discussão -
312“Enfrentamento à violência” **Item 2 -** Sugestão retirar Municípios, permanecendo Entida-
313des Sociais. Segundo esclareceu a **Conselheira Alexandra**, a grande maioria das ações le-
314vadas a efeito pelos Municípios, hoje estão na Proteção Social Especial que já possui reser-
315va de recursos. **Proposta -** suprimir para Municípios, deixando somente para Entidades
316Sociais. **Sugestão de texto da Vice - Presidente Márcia -** “Recursos para Municípios ou
317Entidades Sociais que realizam ações não contempladas nas Deliberações específicas. **Pro-**
318**posta - Conselheiro Renann -** na ação “**Enfrentamento à violência**” - dividir em 2
319ações. a) crianças, adolescentes e famílias vítimas de violência - b) fortalecimento das Co-
320missões Regionais. Lembrou a **Conselheira Débora** que no Plano Decenal já estão inseri-
321das ações de fortalecimento das Comissões Regionais já para o próximo ano. Atento às co-
322locações, o **técnico Tiago (Unidade Técnica)**, apontou que foi entendido na última reu-
323nião da Comissão tratar-se de uma questão prioritária. Essa monta de recursos já está pre-
324vista e contemplada nos valores da Planilha 1. Assim, o fortalecimento das Comissões Re-
325gionais deverá acontecer ainda neste ano, não sendo pois necessária a transferência de re-
326cursos. Já a **Conselheira Ires** opinou sobre a retirada da linha referente ao adulto agres-
327sor, substituindo por :-“crianças, adolescentes extensivo às suas famílias”. Replicou a **Con-**
328**selheira Presidente Édina de Paula**, dizendo já ter visto uma lógica sobre a palavra
329**agressor** de crianças e adolescentes. Esse recurso é específico para aquele indivíduo que
330vitimiza a criança e no Plano Decenal assim está especificado. Pela experiência que se tem,
331afirmou a **Vice - Presidente Márcia**, os municípios não demonstram interesse em fazer
332esse atendimento ao agressor. Verificar o Município com mais acesso, para entabular uma
333conversação e elaborar um plano piloto. Avaliando, a **Presidente Édina**, considerou ser
334possível articular e iniciar esse processo por Londrina. Oportunamente, o **técnico Tiago**
335**(SEDS)** lembrou que já se prevê algumas ações que irão acontecer em 2015 e que precisa-
336rão ser licitadas em 2014. Trata-se de uma questão burocrática, **O Conselheiro Renann**
337abordou o último eixo - “**Enfrentamento à drogadição e saúde mental**”. **Proposta: -** O
338CEDCA deverá planejar uma audiência pública sobre o assunto. Foi dito pela **Conselheira**

339 **Débora** que esse tema foi ponto de pauta na Câmara e seria plausível consultar a SESA
340 sobre o assunto. Dirigindo-se ao plenário, a **Conselheira Tatiana (Secretaria de Estado**
341 **da Saúde)**, fez lembrar que o colega Juliano, Chefe do Departamento onde está inserida a
342 Saúde Mental, compareceu numa Assembleia do CEDCA, justamente na ocasião em que os
343 Conselheiros estavam envolvidos na análise de inúmeros processos. Relatou que em breve
344 poderá confirmar o seu retorno, talvez na plenária de setembro, quando então todas as dú-
345 vidas poderão ser dirimidas no que se refere às Comunidades Terapêuticas. Independente
346 desses equipamentos serem considerados de saúde ou não, existem outras finalidades que
347 não são para tratamento de saúde. Foi a vez da **Conselheira Ires** pontuar que, se um le-
348 vantamento for realizado, hoje cerca de 93 mil crianças encontram-se em abrigos e CRES e
349 dessas 80% estão envolvidas com drogadição. É preciso parar e pensar o que fazer com es-
350 ses dados, na verdade uma situação que perpassa por diversas Políticas Públicas. Na se-
351 quência, o **Conselheiro Renann** sugeriu que se faça um planejamento para realizar um
352 Seminário com os CENSES e Conselhos e tal ação não foi detectada na Planilha nº 1. (Inclu-
353 ída essa linha de ação). Seguindo, algumas discussões ocorreram sobre ações que se diri-
354 gem a diagnósticos e que constam do Plano Decenal. A ação 4 foi questionada pela **Conse-**
355 **lheira Débora : -Aditivos das obras já conveniadas - Centros da Juventude”;** esse
356 ponto foi esclarecido pela técnica **Marcela Evangelista** - dos 27 Centros da Juventude já
357 conveniados, muitos estão solicitando reajuste. Como as obras de Londrina e Guarapuava
358 ainda vão iniciar, é nesse sentido que é preciso prever os recursos. Foi também explana-
359 do, que todos os convênios dos Centros da Juventude estão sendo reavaliados pelo Paraná
360 Cidade. A **técnica Magali (SEDS)** esclareceu que a obra de Londrina foi orçada e hoje o
361 custo final já é outro. Paulatinamente, os Conselheiros foram apontando algumas questões
362 que julgaram importantes serem inseridas na planilha, a exemplo do **Conselheiro Re-**
363 **nann** apontando duas questões de aprendizagem a nível nacional que precisarão ser discu-
364 tidas a nível estadual. (Seminários e estruturação das entidades.) Dando uma atenção espe-
365 cial, o **Conselheiro Leandro** apontou que as organizações da Sociedade Civil, na sua mai-
366 oria, possuem demandas não previstas, é pois importante lançar um olhar sobre tais ques-
367 tões. Por outro lado, a **Conselheira Alexandra** mencionou: a ação que abrange a aprendi-
368 zagem profissional do Adolescente ficou fora da Política da Assistência e o Sistema está
369 perdendo a subvenção no âmbito do Município. Findas todas as discussões e inseridas as
370 sugestões consideradas plausíveis. Abrindo um espaço importante, a **Conselheira Presi-**
371 **dente Édina de Paula** citou que no dia anterior, na Câmara do FIA, apareceu uma ação
372 que contemplaria indivíduos até 24 anos. É importante frisar que a Política da Juventude,
373 deverá ter recursos próprios para lidar com suas ações, podendo existir outras nas quais o
374 CEDCA é co-responsável. Trata-se de algo preocupante, já que a juventude não está inseri-
375 da no contexto do CEDCA. Esse atende até os 18 anos e os outros casos abrangem adoles-
376 centes em conflito com a Lei. Não incorrer no erro de defender um projeto voltado para a
377 juventude. Nesse momento, a **Vice - Presidente Márcia** informou que no dia seguinte,
378 estaria prevista uma manifestação não pacífica nas ruas de Curitiba, motivo pelo qual a As-
379 sembleia deverá ser encerrada com antecipação. **Aprovado o Plano de Ação LOA/2014**
380 **com 2 Votos contrários, referentes aos Conselheiros Alexandra e Renann - Planilha**

3812 – **Ação 2 da Promoção de Direitos. Relato das Câmaras faltantes referente a Ju-**
382**nhos 2013. Câmara Setorial de Políticas Básicas – Relatora - Conselheira Renata**
383**Mele. 1.1- Protocolado sob nº 12.005.042-7 – Projeto Prevenindo com Cultura e La-**
384**zer da Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II de Curiti-**
385**ba. Parecer da Câmara:** Esta Câmara toma ciência da solicitação da entidade e encami-
386nha para a Secretaria Executiva deste Conselho para mapeamento com vistas à inclusão no
387orçamento de 2014. **Parecer do CEDCA: Aprovado.1.2- Protocolado sob nº**
388**12.005.057-5 – Projeto Aquisição de Materiais para construção do barracão de avi-**
389**ário – APAE de Formosa do Oeste. Parecer da Câmara:** Esta Câmara entende que o Con-
390selho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente de não tem previsto repasse de re-
391curso para a proposta apresentada. **Parecer do CEDCA: Aprovado. 1.3- Protocolado**
392**sob nº 12.004.999-2 – Projeto de Construção de unidade da APAE – Município de**
393**Guapirama. Parecer da Câmara:** Considerando que a Deliberação 074/2012 aprovou re-
394passe de recurso para entidades de atendimento de crianças e adolescentes com deficiên-
395cia, a entidade deverá aguardar nova deliberação. **Parecer do CEDCA: Aprovado. 1.4-**
396**Protocolado sob nº 12.018.866-6 - Deliberação nº 003/2013. Parecer da Câmara:**
397Tendo em vista a obrigatoriedade de aprovação dos projetos em Comitê de Ética em Pes-
398quisa, esta Câmara concorda com a proposta da Minuta e encaminha para análise da Plená-
399ria. **Parecer do CEDCA: Aprovado parecer da câmara. Dar encaminhamento aos 2**
400**processos que não necessitam do parecer do Comitê de Ética. 1.5- CPSE – SEDS -**
401**Relato da Comissão Estadual de Convivência Familiar e Comunitária.** A Comissão
402reuniu-se no dia 12 de junho e tratou prioritariamente de três pontos de pauta: 1. Plano Es-
403tadual de Convivência Familiar e Comunitária. Este Plano está sendo finalizado, inserindo
404contribuições dos Conselheiros do CEDCA e CEAS. Ficou estabelecido um cronograma
405para a revisão de cada eixo do Plano. 2. “O Encontro de Juizes e Promotores”, em acordo
406com a Deliberação 17/2012. A Comissão solicita ao CEDCA para enviar ofício ao Ministério
407Público e Tribunal de Justiça indagando sobre a proposta e previsão para a realização des-
408se encontro. 3. Campanha de Sensibilização do Direito à Convivência Familiar e Comunitá-
409ria. **Parecer da Câmara:** A Câmara toma ciência do relato e acata solicitação da Comissão
410para enviar ofício ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça conforme relato acima. **Pa-**
411**recer do CEDCA: Aprovado. 1.6- Protocolo Nº 12.054.865-4 CPSE – SEDS – Campa-**
412**nha de Sensibilização em relação ao direito da Convivência Familiar e Comunitá-**
413**ria.** A proposta foi apresentada a esta Câmara sugerindo aprovação da Campanha, sendo
414que o conteúdo desta ainda poderá sofrer alterações, caso seja esse o entendimento da Co-
415missão Estadual de Convivência Familiar e Comunitária e do CEDCA. Entretanto, a ação já
416foi prevista na Deliberação 017/2012, com recurso de R\$ 400.000,00. Em 2013, a Comissão
417de Convivência indicou a utilização de mais R\$ 1.600.000,00 para aprimorar a campanha,
418provenientes de recurso destinado às ações do Plano de Convivência dentro do Plano de
419Ação do CEDCA. Sugere-se o encaminhamento do processo aos setores pertinentes para as-
420segurar que a campanha seja efetivada no segundo semestre de 2013. **Parecer da Câma-**
421**ra:** A Câmara acata a sugestão e encaminha para aprovação da Plenária.

422**Parecer do CEDCA: Aprovado. 1.7- CPSB – SEDS – relatórios do Programa Centro**
423**da Juventude. Parecer da Câmara:** Foi retirado de pauta por não ter recebido todos os
424relatos necessários para apresentação nesta. **Parecer do CEDCA: Ciente. 1.9- Relato da**
425**participação do CEDCA (Conselheiras Marli, Jocélia e Matilde) na Capacitação**
426**realizada pelo Berço da Cidadania, em Brasília, sobre Convivência Familiar e**
427**Comunitária.** Estivemos em Brasília nos dias 03 a 07/06/2013, participando da
428capacitação que tem por objetivo a elaboração pelos Estados, dos Planos de Convivência
429Familiar e Comunitária. Dentre os Estados da Federação, apenas 4 já tem o Plano
430elaborado e pronto para implantação, incluindo o Estado do Paraná. Participamos de vários
431trabalhos envolvendo os temas: família, criança, adolescente, bairro, cidade, estado, país,
432todos os temas voltados às questões que envolvem diretamente a elaboração do plano,
433fazendo com que os conselheiros tivessem um norte. As discussões entre os Estados
434possibilitaram a troca de experiências entre os conselheiros, bem como troca de ideias,
435trabalhando temas como: elaboração e direção de reuniões, liderança, mobilização,
436articulação e busca de atores da sociedade civil para implementação do Plano. A
437capacitação segue agora a distancia, via EAD pelo Portal Berço da Cidadania, até março de
4382014 quando haverá outro módulo presencial para finalização dos trabalhos e
439implementação dos Planos. **Parecer da Câmara: A Câmara toma ciência do relato,**
440**sendo que as Conselheiras apresentarão o mesmo na Plenária. Parecer do CEDCA:**
441**Aprovado. Câmara De Garantia de Direitos - Relatora : Conselheira Ires . 2.1-**
442**Protocolado sob nº 12.029.448-2 - Ofício nº 495/2013 - Prefeitura Municipal de**
443**Foz do Iguaçu - ações desenvolvidas pelo município referente ao enfrentamento às**
444**violências contra crianças e adolescentes no âmbito da Copa do Mundo de 2014.**
445**Relato de ações continuadas efetivadas pela Secretaria Municipal de Assistência**
446**Social, Família e relações com a Comunidade relatando que o público alvo não é**
447**apenas exploração do trabalho infantil, mas também em situação de isolamento,**
448**vivências de violência e ou negligência, fora da escola ou com defasagem escolar**
449**superior a dois anos, em situação de acolhimento, em cumprimento de medidas**
450**socioeducativas em meio aberto, egressos de medidas socioeducativas, situações**
451**de abuso e ou exploração sexual, com medida de proteção do ECA e crianças e**
452**adolescentes em situação de rua. Parecer da Câmara:** Reiterar o ofício para a
453Prefeitura de Foz do Iguaçu para que especifique, em 40 dias, ações que serão efetuadas
454para enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes durante a Copa do Mundo
455de 2014, elencando as atividades e articulações de todas as instâncias de defesa de direitos
456de crianças e adolescentes (CMDCA, CT, Fórum DCA, Comissão Regional de
457Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, etc), considerando a
458importância e urgência do assunto e a assinatura de uma Carta de Compromissos para
459construção de ações de proteção à infância e adolescência em contexto de Copa do Mundo.
460**Parecer do CEDCA: Aprovado com diminuição do prazo para resposta de 20 dias.**
461**2.2- Protocolado sob nº 11.987.793-8 - ações desenvolvidas em relação ao**
462**enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes no âmbito da Copa do Mundo -**
463**explicação da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Patrícia). Relato das ações da**

464SESP com relação à prevenção e repressão de violências contra crianças e adolescentes.

465Existência da DEMAPE e de policiais militares em eventos em geral, evitando entrada

466indevida de crianças e adolescentes em eventos para adultos. Há também o GGIFRON,

467para reduzir o índice de homicídios a jovens em regiões de fronteira, realizado

468especificamente em Foz do Iguaçu. Houve inauguração do NUCRIA em Curitiba, além do

469funcionamento em Foz do Iguaçu. Haverá inauguração também de NUCRIA's em mais 5

470cidades. Há também atuação do DENARC e do PROERD, voltados prevenção com palestras,

471teatros, abordagem da violência e sobre drogas para crianças e adolescentes. Há também

472ação da Delegacia da Mulher, para prevenção de violência contra mulheres jovens. Ainda

473há AIFU, para fiscalização de bares, casas noturnas; a Patrulha Escolar, que permanece

474nas escolas. No Paraná Seguro também haverá aulas de judô e taekowdo para integração

475com a comunidade. **Parecer da Câmara:** Ciência do relato e reiterar o convite para a

476Câmara Temática de Segurança da Secretaria de Assuntos para a Copa do Mundo de 2014

477relatar as ações que serão desenvolvidas no Estado do PR, na área de segurança para

478crianças e adolescentes, durante a Copa do Mundo de 2014. **Parecer do CEDCA:**

479**Aprovado. 2.3- Protocolado sob nº 11.999.132-3 - Movimento Amada Helena -**

480Campanha Nacional pelo aumento de Unidades de Terapias Intensivas NeoNatais. Na

481plenária do mês de maio o CEDCA decidiu pelo apoio ao movimento e solicitou informações

482a SESA a respeito do tema, além de apoio do Fórum DCA PR para divulgação do site da

483Petição Pública de Apoio ao Movimento. **Parecer da Câmara:** Reiterar o ofício a SESA

484para que informe, em 20 dias, quais as providências que estão sendo adotadas para o

485aumento de UTI's Neonatais em Hospitais do PR. **Parecer do CEDCA: A SESA**

486**representada pela conselheira Tatiana respondeu a que a quantidade de leitos**

487**neonatal atende a portaria 930 de 10/05/2012 do MS vigentes e que não há**

488**demanda reprimida com relação a UTI pediátrica no Paraná. 2.4- Protocolado sob**

489**nº 11.766.989-0 e 11.767.068-6 (anexados) - Informações sobre o CENSE I de**

490**Cascavel.** Houve ciência do relatório da Comissão Intersetorial de Socioeducação de

491Cascavel, referente a situação do CENSE I daquele município e, na plenária de dezembro

492de 2012, foram solicitadas informações para a CMS-SEDS sobre a situação. Retorna com

493informação da CMS-SEDS de que está sendo reconstruído o CENSE I. **Parecer da**

494**Câmara:** Solicitar informações a CMS-SEDS sobre previsão de término da obra e retorno

495das atividades no CENSE I. **Parecer do CEDCA: Aprovado. 2.5- Protocolado sob nº**

496**11.790.835-6 - Informações sobre o CENSE de Toledo.** Houve substituição do terreno

497para que a obra pudesse continuar sem interrupções e foi rescindido contrato com a

498empresa anterior. O Município definiu a área para construção de uma casa de

499semiliberdade e de outra área para construção do CENSE. **Parecer da Câmara:** solicitar

500informações a CMS-SEDS sobre a previsão de início das obras e das atividades das

501unidades. **Parecer do CEDCA: Aprovado. 2.6- Protocolado sob nº 11.969.800-6 -**

502**Ofício nº 23/2013 - CMDCA de Toledo - solicita orientações sobre o Fundo Municipal**

503**para o SINASE. Parecer da Câmara:** Os recursos do FIA-CEDCA destinados aos

504municípios são repassados mediante convênio, que estabelecem objeto e aplicação

505específica do recurso, mediante plano de aplicação. **Parecer do CEDCA: Ciente.**

506**Segundo a conselheira Ires o assunto já foi resolvido no âmbito do CMDCA de**
507**Toledo. 2.7- Protocolado sob nº 12.049.249-7** - Ofício Circular nº 07/2013 –
508CONANDA/SNPDCA/SDH/PR – Ato “Em Defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente –
509Não à redução da Idade Penal”. **Parecer da Câmara:** Ciente. Envio de ofício do CEDCA
510para todos os CMDCA’s e CT’s solicitando adesão e mobilização em defesa do ECA e
511contra a redução da maioridade penal e divulgação e distribuição do abaixo-assinado.

512**Parecer do CEDCA: aprovado encaminhando junto o manifesto de CEDCA contra**
513**redução da maioridade penal. 2.8- UTPCA – Manifesto de apoio ao ensino sobre**
514**Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nas instituições de ensino**
515**superior. Manifesto de Apoio à Implementação do Ensino dos Direitos Humanos de**
516**Crianças e Adolescentes nos Cursos de Ensino Superior.** O Conselho dos Direitos da
517Criança e do Adolescente do Estado do Paraná - CEDCA-PR, atuando pela efetivação dos
518direitos humanos das crianças e dos adolescentes, vem publicamente manifestar seu apoio
519à implementação do ensino dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos Cursos
520de Ensino Superior, a partir dos seguintes fundamentos. Os direitos humanos de crianças e
521adolescentes foram progressivamente reconhecidos a partir de conquistas humanitárias,
522com a consagração das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos. Dessa
523maneira, conforme asseguram as normatizações internacionais, a Constituição Federal e o
524Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças e os adolescentes, em razão de sua
525maior vulnerabilidade, fazem jus à proteção integral e à prioridade absoluta, inclusive a um
526complexo de direitos especiais devido à sua condição especial de desenvolvimento. Ante a
527tais considerações, verifica-se que é essencial proporcionar o conhecimento a todas as
528pessoas, sobretudo da comunidade acadêmica, sobre os direitos humanos de crianças e
529adolescentes, pois é também através dessa mobilização e com a sensibilização sobre esses
530direitos que serão formados multiplicadores pela efetivação dos direitos das crianças e dos
531adolescentes. Ainda, constata-se a necessidade de proporcionar a todos os futuros
532profissionais o conhecimento sobre os direitos humanos de crianças e adolescentes,
533incentivando-os a buscar o cumprimento desses direitos bem como informando-lhes sobre
534seus deveres e atribuições como cidadãos nessa tarefa. Ante a tais considerações, verifica-
535se ser imprescindível para a adequada formação humanística de todos os profissionais o
536amplo conhecimento sobre os direitos humanos das crianças e dos adolescentes, com o
537devido envolvimento de toda a comunidade acadêmica na busca da efetivação desses
538direitos para todas as crianças e os adolescentes. **Parecer da Câmara:** Ciente. Para
539análise pelos conselheiros para contribuições e decisão na plenária sobre
540encaminhamentos cabíveis. **Parecer do CEDCA: 2.9- Protocolado sob nº 11.960.920-8**
541– **SEDS/UTPCA - Nota técnica sobre as eleições dos CMDCAS.** Questionamento de
542diversos CMDCA’s decorrente de leis municipais regimentos preverem eleições a cada 02
543anos, durante as Conferências Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes,
544apesar de orientação do CONANDA de que as conferências ocorrerão a cada 03 anos.
545**Parecer da Câmara:** Aprovação da minuta de Deliberação e encaminhamento para análise
546da plenária. **Parecer do CEDCA: Aprovada. 2.10- Protocolado sob nº 12.029.457-1 –**
547**CMDCA de Cascavel** – O CMDCA de Cascavel pergunta sobre o funcionamento de

548 Programa Aprendiz. CPSE-SEDS relata que o Programa está sendo readequado em virtude
549 de Portaria do MTE, que a SEDS está trabalhando em parceria com a SEED para
550 adequação do proposto na Portaria no que tange ao currículo e carga horária do curso, e
551 que está em processo de formalização de parcerias com o SENAC e as demais instituições
552 qualificadoras do Fórum de Aprendizagem do Est. do PR para possibilidade de ampliação
553 de inserção em diferentes arcos ocupacionais dos adolescentes. **Parecer da Câmara:**
554 Ciente e relato na plenária para todos os conselheiros. **Parecer do CEDCA:**
555 **Aprovado. 2.11- Relato da Comissão de Enfrentamento às violências contra**
556 **crianças e adolescentes.** No mês de maio não foi possível haver reunião, tendo em vista
557 que seria na semana do dia 18 de maio. A SEDS realizou no dia 20-05, no Palácio Iguazu, a
558 assinatura de um Protocolo de Intenções entre a SEDS, SETU e 3 associações privadas
559 para desenvolvimento de um programa para enfrentamento de violências contra crianças e
560 adolescentes não apenas durante a Copa do Mundo, mas como um programa continuado.
561 Foi feito também no dia 20 o lançamento da Campanha Viva à Infância, a inauguração das
562 unidades policiais do SICRIDE e NUCRIA em Curitiba. Na reunião da Comissão, do dia 17-
563 06, foram elencadas ações da SEDS que serão efetivadas, além do monitoramento do Plano
564 Estadual, visando revisão de datas de conclusão e dos responsáveis. Houve também um
565 esclarecimento acerca das capacitações previstas, situação que está sendo analisada pela
566 PGE por se tratar de uma questão jurídica para viabilização. **Parecer da Câmara:** Ciência
567 do relato. Sugestão de que o relato seja feito durante a plenária. Solicitação à Comissão
568 para que as propostas de alteração do Plano Estadual sejam apresentadas na plenária de
569 agosto do CEDCA. **Parecer do CEDCA: Ciente. 2.12- CIRANDA - Apresentação do site**
570 **da Comissão Estadual de Enfrentamento às Violências contra Crianças e**
571 **Adolescentes. O site foi lançado no dia 18 de Maio. Parecer da Câmara:** Ciente, para
572 divulgação e transparência do site, inserção de link no site do CEDCA e apresentação na
573 plenária. **Parecer do CEDCA: Aprovado. 2.13- SEED - Departamento de Inclusão -**
574 **Práticas Médicas de afastamento de crianças e adolescentes da escola por tempo**
575 **indeterminado.** Apresentação SAREH (Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização
576 Hospitalar) – projeto que oferece atendimento pedagógico a crianças e adolescentes em
577 situação de afastamento da escola devido tratamento de saúde. Relato de que há
578 dificuldade na aplicação do programa devido à quantidade excessiva de afastamento de
579 crianças e adolescentes da escola por situações que não se encaixam necessariamente nos
580 parâmetros do programa, como distúrbios de ansiedade e déficit de atenção. **Parecer da**
581 **Câmara:** Solicitação a SEED-SAREH de que traga mais dados para subsidiar um
582 posicionamento do CEDCA. **Parecer do CEDCA: Aguardar a próxima reunião da**
583 **câmara onde a conselheira Lia depois de verificar a situação dentro da SEED trará**
584 **retorno. 2.14- SEDS-UTPCA – resposta do e-mail do conselheiro Hélio e relato**
585 **sobre Deliberação n. 60/2013 e Centro de Integração Comunitária Diva Pereira**
586 **Gomes.** O e-mail indaga o por quê: para aprovar a Deliberação nº 60/12 demorou quase
587 dois anos e até agora os recursos não foram repassados para as entidades? ; o por que o
588 Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes não apresentou projeto na Del.
589 60/2013 e agora apresenta “projeto paralelo”? E que os conselheiros da sociedade civil

590votaram contrário a essa decisão; Por fim, solicita leitura em plenária Quanto à
591Deliberação n.º 60/2012, os processos encontram-se em fase de instrução para envio à
592Casa Civil/Secretaria de Estado de Governo para “autorizo” governamental e posterior
593formalização de convênio e transferência de recursos. Conforme verifica-se no sítio
594eletrônico do CEDCA-PR, grande parte das entidades teve o seu Plano de Aplicação
595aprovado no conselho na reunião de abril/2013 (vide Deliberação n. 30/2013), pois a
596grande maioria teve que ajustar os seus planos de aplicação devido à equívocos de cálculo
597ou classificação de despesas. O trâmite de formalização de convênio é extenso, sendo que
598após a aprovação no CEDCA-PR os processos ainda passam por procedimentos nas áreas
599de Planejamento, Fazenda, Jurídico (internos da SEDS) e na Casa Civil/Secretaria de
600Estado de Governo e Gabinete do Governador, além de prazos e trâmites de publicação em
601Diário Oficial, etc. Visando a atender a demanda de bons projetos que buscam o
602cofinanciamento através do FIA-PR, mas que são negados por não ter deliberação
603específica, houve uma proposição governamental, partida do Conselheiro Leandro Meller,
604representante da SEDS, de criação de comissão para elaborar uma deliberação
605aglomerando várias linhas de ação, que fique aberta por um prazo longo e que, a qualquer
606tempo, as entidades que executam atividades dentro daquelas linhas possam acessar o
607recurso. Isto facilitaria sobremaneira o acesso das entidades da sociedade civil organiza,
608pois, por exemplo, as entidades que possuem documentação irregular hoje, poderão
609regularizar a sua situação e no momento em que tenham condições acessem a deliberação,
610sem a necessidade de aguardar um novo edital. Os convênios seriam formalizados na
611medida em que as entidades vão tendo seus projetos aprovados. A comissão foi instituída
612através da Deliberação n. 17/2013. Quanto ao Centro de Integração Comunitária Diva
613Pereira Gomes, ainda conhecido como Guarda Mirim, é um equipamento governamental,
614do governo estadual, destinado à atender adolescentes em situação de vulnerabilidade
615residente em Curitiba e Região Metropolitana. Ocorre que o CIC Diva Pereira Gomes não
616acessou a Deliberação n. 60/2012 porque por sugestão da própria sociedade civil a
617deliberação foi destinada somente à **entidades não governamentais**. Outrossim, as ações
618que são governamentais estaduais nunca dependeram de abertura de deliberação
619específica, sendo as ações previstas em Plano de Ação do FIA e, posteriormente, são
620apresentados os Projetos e Planos de Ação para apreciação do CEDCA-PR, sendo
621posteriormente publicada deliberação aprovando a execução da ação. Outrossim, por ser
622órgão gestor do fundo, a SEDS não precisa formalizar convênio ou qualquer instrumento
623similar para uso do recurso a ela deliberado pelo CEDCA-PR, ficando sujeita à execução
624financeira na forma da legislação vigente quanto à contratações, serviços, etc. Não ser
625trata portanto de um “projeto paralelo” que foi aprovado e sim da inclusão de uma linha de
626ação de execução direta governamental no Plano de Ação do Superávit 2013. O montante
627de R\$ 1.500.000,00 não compromete as demais deliberações, uma vez que na Deliberação
628n. 97/2012 (Plano de Ação 2013), em seu Anexo II (que trata dos recursos para repasses à
629municípios e entidades não-governamentais), há uma linha de financiamento de
630qualificação profissional, fortalecimento de vínculos e promoção de direitos no valor de R\$
6313.859.540,00, ainda sem proposição de deliberação. Outrossim, há ainda cerca de R\$

63212.000.000,00 de superávit do FIA os quais terão a destinação definida na próxima reunião
633plenária. Vale ressaltar também que nem toda a sociedade civil votou contrária à decisão
634de liberação de recursos para a SEDS para reestruturação do equipamento estadual CIC
635Diva Pereira Gomes, pois verificando-se na ata da reunião extraordinária é possível
636constatar que foram 15 votos favoráveis à linha proposta e outros 04 votos desfavoráveis,
637sendo portanto decisão por maioria. **Parecer da Câmara:** Ciente. **Parecer do CEDCA:**
638Ciente. **Câmara de Orçamento - junho/2013 Relator: Conselheiro Renann. 5.1- Lei**
639**Orçamentária Anual - LOA. Parecer da Câmara:** Oficiar as Secretarias sobre a
640importância da inclusão do orçamento criança na LOA 2014. **Parecer do CEDCA:**
641**Aprovado. 5.2 - Protocolado sob nº 12.047.265-8** - nota técnica sobre o orçamento da
642criança e do adolescente a ser encaminhada às Secretarias juntamente com o instrumental
643desenvolvido pela Câmara de Orçamento - Conselheiro Leandro. **Parecer da Câmara:**
644Reiterar a solicitação ao Conselheiro Leandro. **Parecer do CEDCA: Providenciar cópia**
645**do manual para apuração do OCA, minuta de Lei e convidar os Secretários do**
646**Planejamento e da Fazenda, Dra. Édina, Dra. Márcia e Leandro para discutir o**
647**assunto.** Nesse ponto dos trabalhos, a **Conselheira Alexandra**, relatou que o assunto a
648discorrer não estava pautado, porém é urgente e não deverá ser comentado frente a
649visitantes que se farão presentes na Assembleia do dia seguinte. O assunto abrange
650**diárias e alimentação dos Conselheiros da Sociedade Civil.** Detalhando, informou :-
651aqueles que chegam de madrugada das suas cidades de origem, o hotel cobra mais uma
652diária. São consumidas 6 refeições e recebe-se o pagamento de apenas 3. Afiançou a
653**Conselheira Ires** já ter desembolsado cerca de R\$ 72.00, já a **Conselheira Nadir** chega
654um dia antes para receber mais 1 diária. Afirmou não conseguir entender essa lógica: se
655permanecem 3 dias na Capital, como receber apenas 2 diárias:- **Proposição:** - Liberar a
656passagem aérea e pagar a diferença. No que se refere ao hotel, caso esteja lotado criam-se
657novos problemas de espera etc. A presença do Adolescente foi garantida na presente
658plenária, porque os Conselheiros Leandro, Márcia e Marcela se responsabilizaram pelo
659pagamento das suas despesas. Buscando uma solução, consultou-se a Assessoria Jurídica
660da SEDS, **Dra. Danielle M. Vieira** que apontou: 1º) Menores de idade não podem ter
661cartão corporativo - 2º)A lei precisaria ser alterada para que o Estado possa pagar tais
662despesas 3º)o adolescente não é vinculado a nenhuma Câmara Setorial. Além disso, foi
663observado que **Lucas Vinícius não tem** participado dos trabalhos do Conselho até o
664final, falhando no comprometimento. Num momento de reavaliação, a **Conselheira Ana**
665**Paula (Hospital Pequeno Príncipe)** cumprimentou os 3 Conselheiros que absorveram as
666despesas do adolescente, porém apontou que não é correto assim proceder. É preciso
667encontrar uma solução talvez dialogando com a Central de Viagens. Frente a essas
668colocações, a Secretária Executiva do CEDCA, **Maria Letícia Z. Dellê** ressaltou ter
669encaminhado o Ofício nº462 à Diretoria Geral, contendo a solicitação do pagamento de
670mais uma diária aos Conselheiros. **(Processo nº 12.096.297-3).** Leu-se o despacho
671encaminhado, onde é informado que os servidores públicos também usufruem desses
672mesmos valores, quando dos seus deslocamentos a trabalho. -Diária de R\$ 230.0 referente
673a pouso e alimentação. Quanto às passagens aéreas poderão ser utilizadas, caso sejam

674mais baratas que as terrestres. A **Vice-Presidente Márcia** solicitou à Secretaria Executiva
675para repassar aos Conselheiros cópia do decreto governamental, que determina esses
676trâmites, referentes aos servidores. Segundo a **Conselheira Ires**, anteriormente as
677reclamações versavam sobre o transporte, segundo ela, agora a situação veio a piorar. A
678**Conselheira Marcela** deixou claro que no Estado quando se viaja, os servidores utilizam
679quartos duplos para diminuir os custos. Com relação às passagens aéreas, encaminhar os
680pedidos com maior antecedência. Foi dito que o adolescente Lucas informou sobre o
681pagamento dos seus aposentos, porém a refeição não foi paga. Replicou a **Secretária**
682**Executiva Maria Letícia** garantindo ter sido ele informado que tinha direito ao vale-
683alimentação. De maneira clara, o Núcleo Jurídico da SEDS (**Dra. Danielle Vieira**),
684apontou que Lucas é um adolescente que se encontra **ausente** dessa Assembleia. Caso
685algo lhe aconteça, a responsabilidade recairá sobre o Conselho pois ele saiu da sua cidade
686para comparecer a uma reunião do CEDCA, na companhia dos Conselheiros. Foi sugerido
687pela **Conselheira Marcela** que Lucas Vinícius deverá arcar com as suas despesas, para
688depois ser ressarcido. A **Presidente Édina** manifestou-se, informando que a Lei será
689examinada e na próxima 2º feira um grupo estará reunido para abordar o Regimento
690Interno. Após o término das colocações, a **Presidente Édina** ressaltou que a questão das
691diárias precisaria ser revista, já que não ficou a contento. Está claro que se os trâmites são
692iguais também para os servidores públicos, o Estado não promoverá nenhuma alteração.
693Caso a Sociedade Civil desejar retornar ao que era antes, no que se refere a viagens e
694hospedagem, os Conselheiros poderão proceder um levantamento e reivindicar por escrito.
695Na sequência, será feito um encaminhamento coletivo à Diretoria Geral. A Presidente
696comprometeu-se a sentar com a Central de Viagens, repassando um resultado por e-mail.
697Finalizando, a pedido da **Conselheira Marli**, levantou-se os nomes dos Conselheiros que
698ainda estavam presentes nessa Assembleia, dada à constante evasão antes do término da
699reunião. **Presenças dos Conselheiros:**-Renata, Tatiana, Marli, Danielle, Márcia, Jocélia,
700Édina, Márcia Tavares, Ana Paula, Ires, Renann, Alexandra, Marinês, Nadir, Miliane e
701Marcela. A presente ata foi gravada e redigida por Regina Amasiles Rodrigues Costa
702(SEDS), digitada e formatada por Matheus Duarte da Silva, sendo a Secretaria Executiva
703Maria Letícia Zavala Dellê.